

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1. SEGURANÇA PÚBLICA	19
1.1. DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA	19
1.2. POLÍCIA ADMINISTRATIVA.....	21
1.3. POLÍCIA JUDICIÁRIA	25
1.4. FORÇAS ARMADAS COMO POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA SUBSIDIÁRIA	27
1.5. CORPORAÇÕES NÃO POLICIAIS QUE INTEGRAM OU AUXILIAM A SEGURANÇA PÚBLICA	29
1.6. POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	31
CAPÍTULO 2. INQUÉRITO POLICIAL: UMA INTRODUÇÃO	35
2.1. INVESTIGAÇÃO, INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E INVESTIGAÇÃO POLICIAL	35
2.2. CONCEITO E FUNÇÕES DO INQUÉRITO POLICIAL.....	37
2.3. CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL	38
2.4. PROFISSIONAIS QUE LIDAM COM O INQUÉRITO E SUAS ATRIBUIÇÕES...	49
2.4.1. DELEGADO DE POLÍCIA.....	49
2.4.2. AGENTES DA AUTORIDADE POLICIAL.....	52
2.4.2.1. ESCRIVÃO DE POLÍCIA	52
2.4.2.2. AGENTE DE POLÍCIA (INVESTIGADOR)	53
2.4.2.3. OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA	54
2.4.3. PERITOS CRIMINAIS	55
2.4.4. INSTITUIÇÕES JURÍDICO-PROCESSUAIS	56

2.4.4.1.	MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	56
2.4.4.2.	MEMBROS DA MAGISTRATURA	58
2.4.4.3.	ADVOGADOS E DEFENSORES PÚBLICOS.....	61
CAPÍTULO 3.	INQUÉRITO POLICIAL: PROCEDIMENTO	65
3.1.	NOTÍCIA DO CRIME.....	65
3.2.	VERIFICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DE INFORMAÇÕES (VPI).....	66
3.3.	IDENTIFICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO INVESTIGATIVA PELA COMPETÊNCIA.....	69
3.3.1.	JUSTIÇA ESPECIAL OU COMUM?.....	70
3.3.2.	JUSTIÇA MILITAR E POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR.....	70
3.3.2.1.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ	72
3.3.2.2.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE GUERRA	79
3.3.3.	JUSTIÇA ELEITORAL E POLÍCIA FEDERAL/CIVIL.....	80
3.3.4.	JUSTIÇA FEDERAL/ESTADUAL E POLÍCIA FEDERAL/CIVIL	81
3.3.5.	FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	91
3.3.5.1.	INVESTIGAÇÃO POLICIAL DE AUTORIDADES COM PRERROGATIVA DE FORO	94
3.3.6.	COMPETÊNCIA TERRITORIAL E CIRCUNSCRIÇÃO POLICIAL.....	95
3.4.	PROCEDIMENTALIZAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL	97
3.4.1.	ART. 6º DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: DILIGÊNCIAS.....	97
3.4.2.	LOCAL DE CRIME, EXAME DE CORPO DE DELITO E APREENSÃO DE OBJETOS.....	97
3.4.3.	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	100
3.4.3.1.	DESAPARECIMENTO DE PESSOAS (LEI 13.812/2019)...	101
3.4.4.	MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	103
3.4.5.	REQUERIMENTO E REPRESENTAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DE AÇÃO PRIVADA E PÚBLICA CONDICIONADA.....	108
3.4.6.	REQUISIÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO.....	112
3.4.7.	PEÇA INAUGURAL DO INQUÉRITO POLICIAL INSTAURADO	113
3.4.8.	INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL.....	114
3.4.9.	COLHEITA DE PROVAS E REQUISIÇÃO DA AUTORIDADE POLICIAL	115
3.4.10.	COMUNICAÇÃO, CHAMAMENTO AO INQUÉRITO E COOPERAÇÃO FORA DA CIRCUNSCRIÇÃO.....	118

3.4.10.1.	INTIMAÇÃO	118
3.4.10.2.	CONDUÇÃO COERCITIVA	120
3.4.10.3.	CARTA PRECATÓRIA	122
3.4.11.	INQUIRIÇÕES	123
3.4.11.1.	DECLARAÇÕES.....	124
3.4.11.2.	DEPOIMENTO	125
3.4.11.3.	REGIMES ESPECIAIS PARA INQUIRIÇÕES DE VÍTIMAS E TESTEMUNHAS.....	129
3.4.11.4.	INTERROGATÓRIO.....	138
3.4.11.5.	COLABORAÇÃO PREMIADA	140
3.4.12.	RECONHECIMENTO DE PESSOAS E OBJETOS E ACAREAÇÃO ...	146
3.4.13.	IDENTIFICAÇÃO DATILOSCÓPICA E FOLHA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS	150
3.4.14.	VIDA PREGRESSA	152
3.4.15.	REPRODUÇÃO SIMULADA DE CRIMES.....	153
3.5.	CONCLUSÃO DO INQUÉRITO	154
3.5.1.	PRAZO DE CONCLUSÃO.....	154
3.5.2.	RELATÓRIO.....	157
3.5.3.	INDICIAMENTO	158
3.5.4.	REMESSA	160
3.5.5.	REQUISIÇÕES MINISTERIAIS (COTAS).....	161
3.5.6.	ARQUIVAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES	162
3.5.7.	INCONSTITUCIONALIDADE DOS PARÁGRAFOS 3º E 4º DO ART. 3º-C DO CPP	164
CAPÍTULO 4.	MEDIDAS CAUTELARES E DE URGÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO POLI- CIAL	167
4.1.	MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS.....	167
4.1.1.	MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO.....	169
4.2.	MEDIDAS CAUTELARES PROBATÓRIAS	172
4.2.1.	BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR	172
4.2.1.1.	BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR E ABUSO DE AUTORIDADE.....	176
4.2.1.2.	RESTITUIÇÃO DAS COISAS APREENDIDAS.....	179
4.2.2.	CAPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES E DADOS TELEFÔNICOS E TELEMÁTICOS.....	180

4.2.3.	CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓTICOS OU ACÚSTICOS	185
4.2.4.	AFASTAMENTO DO SIGILO EPISTOLAR	186
4.2.5.	AFASTAMENTO DOS SIGILOS FINANCEIRO E FISCAL	187
4.2.6.	INFILTRAÇÃO DE POLICIAIS EM ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO....	190
4.2.7.	AÇÃO CONTROLADA.....	193
4.3.	MEDIDAS CAUTELARES PATRIMONIAIS.....	195
4.3.1.	SEQUESTRO	196
4.3.2.	UTILIZAÇÃO DE BEM SEQUESTRADO, APREENDIDO OU SUJEITO A QUALQUER MEDIDA ASSECURATÓRIA	197
4.4.	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR	198
4.4.1.	PARA PROTEÇÃO DA VÍTIMA MULHER	198
4.4.2.	PARA PROTEÇÃO DA VÍTIMA CRIANÇA OU ADOLESCENTE.....	202
4.5.	CAUTELARES “NÃO JURISDICIONAIS”	203
4.5.1.	FIANÇA POLICIAL.....	203
4.5.1.1.	QUANDO O DELEGADO DEVE CONCEDER FIANÇA ...	204
4.5.1.2.	QUANDO O DELEGADO NÃO DEVE CONCEDER FIANÇA	205
4.5.1.3.	CÁLCULO DA FIANÇA	206
4.5.1.4.	PROCEDIMENTALIZAÇÃO	207
4.5.2.	BUSCA PESSOAL.....	209
4.5.3.	AFASTAMENTO DO AGRESSOR DO LAR, DOMICÍLIO OU LOCAL DE CONVIVÊNCIA COM A VÍTIMA	211
CAPÍTULO 5. PRISÕES		215
5.1.	IMUNIDADES FORMAIS RELATIVAS À PRISÃO	216
5.2.	PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO	221
5.2.1.	HIPÓTESES DE FLAGRANTE DELITO.....	222
5.2.2.	FASES DA PRISÃO EM FLAGRANTE.....	223
5.2.2.1.	PRIMEIRA FASE: CAPTURA	224
5.2.2.2.	SEGUNDA FASE: APRESENTAÇÃO AO DELEGADO....	225
5.2.2.3.	TERCEIRA FASE: DECRETAÇÃO DA DETENÇÃO E LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO	233
5.3.	PRISÕES PROVISÓRIAS POR ORDEM ESCRITA E FUNDAMENTADA DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA.....	237

5.3.1. PRISÃO PREVENTIVA.....	237
5.3.2. PRISÃO TEMPORÁRIA	242
5.3.3. CUMPRIMENTO DOS MANDADOS DE PRISÃO.....	247
5.4. EMPREGO DA FORÇA.....	249
5.5. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.....	251
5.6. PRISÃO ESPECIAL	256
CAPÍTULO 6. TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA	263
6.1. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS E CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	263
6.2. DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA E A POLÊMICA ENVOLVENDO A AUTORIDADE RESPONSÁVEL POR LAVRÁ-LO	266
6.3. PROCEDIMENTALIZAÇÃO.....	269
CAPÍTULO 7. PROCEDIMENTOS POLICIAIS PARA O ATO INFRACIONAL	275
7.1. RESPONSABILIDADE PELO ATO INFRACIONAL	275
7.2. APREENSÃO EM FLAGRANTE POR ATO INFRACIONAL	276
7.2.1. AUTO DE APREENSÃO EM FLAGRANTE DELITO.....	278
7.2.2. BOLETIM DE OCORRÊNCIA CIRCUNSTANCIADO	279
7.2.3. MANTER APREENDIDO OU LIBERAR O ADOLESCENTE?.....	280
7.2.4. APRESENTAÇÃO DO APREENDIDO AO MINISTÉRIO PÚBLICO ...	283
7.3. AUTO DE INVESTIGAÇÃO DE ATO INFRACIONAL	284
7.3.1. SIGILOSIDADE DOS ATOS POLICIAIS	285
7.4. APREENSÃO POR ORDEM ESCRITA E FUNDAMENTADA DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA.....	286
CAPÍTULO 8. ATRIBUIÇÕES CÍVEIS DO DELEGADO DE POLÍCIA	291
8.1. DECLARAÇÃO SUPLETIVA DE ÓBITO.....	291
8.2. RECEBIMENTO DE COISA ALHEIA PERDIDA.....	293
8.3. ARRECADAÇÃO E ARROLAMENTO DE BENS DA HERANÇA JACENTE	294
8.4. CUMPRIMENTO DE MANDADOS DE PRISÃO CÍVEIS.....	295
BIBLIOGRAFIA.....	299